

O efeito desmistificador de *A Conquista do Estado* na análise das bases sociais da contra-revolução

João Quartim de Moraes

João Quartim de Moraes é professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e membro do Conselho Científico do NEE.

1. O livro e o golpe

Estava muito longe de supor, ao redigir, há uma década atrás, o Capítulo III (“Em torno de 1964: Contra-revolução liberal, Golpe de Estado e Ditadura”) de *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*, que retomaria essa discussão numa homenagem póstuma a René Dreifuss. Naquela ocasião assinalei em nota⁶², que embora o método marxista permitira-me não perder de vista, nos textos escritos ao longo dos anos setenta, em particular no artigo “La nature de classe de l’État brésilien”, publicado em *Les Temps Modernes*⁶³, bem como nos capítulos de minha tese de doutorado retomados naquele livro, o caráter de classe da ditadura militar e, portanto os interesses econômicos aos quais ela servia, faltara-me, para avaliar com precisão a importância da participação das entidades patronais, notadamente do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), nome que não enganava quase ninguém⁶⁴,

⁶² Campinas, IFCH-Unicamp, 2001, Coleção Trajetórias, nº 4, p. 111-112, nota 2.

⁶³ “La nature de classe de l’État brésilien”. *Les Temps Modernes* (Paris), nº 304 (XXVII), p. 657-675 e 305 (XXVII), p. 853-878, novembro de 1971 (primeira parte) e dezembro de 1971 (segunda parte).

⁶⁴ A esquerda traduzia-lhe a sigla oficial por “instituto de pressão econômico-social”. É notável a proximidade cronológica entre o duplo desastre sofrido pela direita em agosto-setembro de 1961 (renúncia de Jânio Quadros e o subsequente malogro do pronunciamento militar visando a impedir que seu sucessor legal, João Goulart, assumisse a presidência) e a fundação do discretamente intitulado Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) a 29 de novembro de 1961, bem como de organizações congêneres, integrantes do “feixe” (servimo-nos deste neologismo político para enfatizar a semelhança da mobilização contra-revolucionária brasileira com o “fascio” mussoliniano) cripto-fascista que iria assaltar com sucesso o poder em 1964. Embora tal proximidade cronológica sugira que as pré-condições para a mobilização contra-revolucionária da burguesia industrial e financeira estivessem reunidas desde antes (não se forja uma vanguarda de classe, mesmo tratando-se de uma classe dominante, num tão curto espaço de tempo), é incontestável o vínculo de causa a efeito entre o duplo fiasco do governo Jânio Quadros e do golpe anti-Goulart e a iniciativa de organizar fora e acima dos quadros partidários o estado-maior do patronato de choque.

e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), cujo objetivo, como seu nome não diz, era agredir a democracia, na organização do movimento contra-revolucionário, a documentação historiograficamente decisiva (porque deixou evidente a função decisiva exercida pelos círculos dirigentes patronais na montagem do dispositivo golpista) que René Dreifuss divulgou, em 1981, no livro *1964: a conquista do Estado*⁶⁵.

Sem dúvida, nenhum observador ou analista minimamente lúcido da mobilização reacionária que conduziu ao golpe de 1964 e à ditadura militar precisou esperar a publicação do livro de Dreifuss para saber que ela envolveu um vasto espectro de interesses dominantes, todos empenhados em salvar, num só golpe, a propriedade, Deus, a família e a liberdade: latifundiários enfurecidos, testas de ferro de trustes, ruidosas “marchadeiras” (de ambos os sexos), militares adestrados para caçar comunistas, ao lado de conformistas assustados de todos os matizes. Como bem notou o saudoso Nelson Werneck Sodré a propósito do fracasso do “dispositivo militar” do governo Goulart, que se mostrou incapaz de enfrentar o movimento sedicioso desencadeado em 31 de março de 1964,

A ausência de resistência militar por parte do governo surpreendeu os próprios empreiteiros do golpe. Na verdade, Goulart dispunha de elementos militares suficientes para a resistência. Se tal resistência - face à presença dos heróis da Brother Sam - teria sido suficiente, teria condições de deter o golpe, é outro problema. O que paralisou a ação das forças militares de que o governo dispunha foi, justamente, a prévia derrota política das forças populares que apoiavam o governo (...). Daí o fato de que o golpe foi político, embora operado por forças militares.

Lembrando que, de 1945 em diante, todas as intervenções políticas das Forças Armadas (salvo a do general Teixeira Lott em 1955), foram inspiradas pelos partidos reacionários derrotados nas urnas acrescenta:

⁶⁵ René Dreifuss, *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981. (A versão inicial é sua e foi redigida em inglês como tese de doutorado)

Devidamente dopados pelo anticomunismo e pela ação maciça da mídia, os militares faziam sempre o serviço que lhes era solicitado. Jejunos em política, alimentados pela propaganda, supunham, que estavam mesmo salvando Deus, a Pátria e a Família, nada menos do que isso⁶⁶.

A operação Brother Sam, à qual alude Sodré, foi desencadeada pelo Pentágono às 15:30 de 31 de março de 1964, mobilizando um fast carrier task group (do qual fazia parte o porta-aviões Forrestal), com o objetivo de fornecer aos sediciosos o carregamento de quatro petroleiros gigantes, bem como 110 toneladas de armas e munições, a serem transportadas por aviões de guerra⁶⁷. O rápido sucesso do golpe tornou desnecessário o prosseguimento da operação. Mas embora a intervenção militar direta do governo estadunidense não tenha chegado a se concretizar, a certeza de poderem contar com o “colosso do Norte” (para retomar fórmula corrente entre a direita pró-imperialista) trouxe grande encorajamento aos conspiradores, além claro, de confirmar o sistemático desrespeito do Império do dólar à soberania dos povos cujos governos o incomodam.

A despeito de ter sido sempre denunciado pela esquerda, o apoio da Casa Branca e do Pentágono ao golpe só foi reconhecido em 1976, quando foram divulgados vários documentos do arquivo Lyndon Johnson relativos à participação de seu governo na articulação do movimento sedicioso, notadamente um memorando do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, classificado como “ultra-secreto” e dirigido aos principais conselheiros políticos, diplomáticos e militares do presidente L. Johnson (Dean Rusk, Thomas Mann, coronel J. C. King, representante da CIA junto ao presidente, general

⁶⁶ Nelson Werneck Sodré, “Trinta anos depois”. *Carta’* (Informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro), nº 11, Brasília, Senado Federal, 1994, p. 40. Examinei as razões do fracasso do “dispositivo militar” de defesa do governo de João Goulart em *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*, p. 117-132, versão ampliada e modificada de textos publicados em *História*, UNESP, 14 (1995), p. 49-59, sob o título “O colapso da resistência ao golpe de 1964” e em Caio Navarro de Toledo (org.), *1964. Visões críticas do golpe*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997, p. 117-133, sob o título “O colapso da resistência militar ao golpe de 1964”.

⁶⁷ A participação estadunidense na conspiração e na preparação do golpe está amplamente documentada no livro de Phyllis Parker, *O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, inteiramente consagrado ao tema, bem como em *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973 e *O governo João Goulart*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, ambos de L. Moniz Bandeira; cf. também seu artigo “Segurança continental e o golpe de 64”. *Carta’*, loc. cit., p. 91-104. Ver também Marcos Sá Correa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, LPM, 1977.

Maxwell Taylor, adido militar da presidência e outros). Com a data de 27 de março de 1964, o memorando dá o sinal verde para o golpe, salientando o papel a ser desempenhado pelo general Castelo Branco, cuja “cristalização” como “líder de um grupo de resistência militar” é considerada como “o mais significativo desdobramento” da situação no Brasil⁶⁸.

Entretanto, o próprio curso objetivo dos acontecimentos ao longo dos dezessete anos que separam o golpe de 1964 do lançamento do livro, em 1981, tinha favorecido a identificação da ditadura ao componente militar do regime, obscurecendo a forte participação das classes sociais privilegiadas no movimento sedicioso e o decisivamente entusiástico apoio que prestaram a seu desfecho vitorioso. Com efeito, exatamente por não ter sido criado de um só golpe, o regime ditatorial só assumiu suas formas e métodos mais perversos ao longo de uma escalada golpista em que a articulação contra-revolucionária da burguesia e do latifúndio e a mobilização das massas reacionárias (decisivas em 1964 não somente para o sucesso do ato de força que derrubou João Goulart mas também para a implantação do regime de exceção que alegava pretender salvar a democracia) foram sendo substituídas por pronunciamentos tramados nos bastidores e desfechados pelo Alto Comando das Forças Armadas.

Cada um destes sucessivos atos de força, que culminaram no terrorismo de Estado do general Garrastazu Médici, estabeleceu novo patamar para a concentração do poder discricionário na cúpula militar do Estado. Porém, salvo para os que acreditam na pré-determinação dos fatos históricos, este tenebroso desfecho não correspondeu a uma fatalidade, embora sua possibilidade objetiva se inscrevesse desde o início na contradição entre o princípio liberal-democrático, cuja preservação havia servido de pretexto para derrubar o governo legal, e o ato de força que conduziu ao poder os golpistas triunfantes. Esta possibilidade só se concretizou com mais dois golpes, o de 1965 e o de 1968. O golpe de 1965 decorreu diretamente da contradição intrínseca à situação política instaurada no

⁶⁸ Cf. *Jornal do Brasil* de 18 a 20 de dezembro de 1976.

malfadado 1º de abril de 1964: coexistência de um regime discricionário de exceção, portanto, em princípio provisório, e de modificações pretendidas duráveis.

Esta contradição está expressa com todas as letras já no preâmbulo do *Ato Institucional*, redigido por Francisco Campos (um clérigo-fascista veterano do Estado Novo) e decretado na data de 9 de abril de 1964, com a assinatura do general Costa e Silva pelo Exército, do brigadeiro Correia de Melo pela Aeronáutica e do almirante Rademaker pela Marinha. De um lado, reconhecendo antecipadamente que a “revolução” não se limitaria a depor o presidente e a cassar mandatos e direitos políticos dos que o tinham apoiado, os signatários declaram que “a revolução vitoriosa se investe no exercício do poder constituinte”, legitimando-se “por si mesma”. Por isso mesmo, ela “não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste ato institucional, resultante do exercício do poder constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação”. De outro lado, reconhecem também que o poder constituinte pode se manifestar “pela eleição popular”, mas “a revolução” é sua “forma mais expressiva e mais radical”. Não declaram o que ocorreria se o sufrágio universal viesse a negar a auto-legitimação da pretensa “revolução”, mas sugerem que, nesta hipótese, prevaleceria a forma mais expressiva e radical do poder constituinte. Retórica reacionária à parte, fica sub-entendido que o ato de força renegaria a si próprio se admitisse ser contestado pelo voto.

2. Duas provas decisivas

Dentre os motivos do muito merecido sucesso de *1964: A conquista do Estado*, dentro e fora da Universidade, um dos maiores foi ter provado, com irrefutável documentação que (1) o golpe reacionário de 1964 começou a ser sistematicamente preparado desde 1961, desmentido, portanto rigorosa e frontalmente, o argumento de protagonistas e defensores do movimento sedicioso (reiterado *ad nauseam* pelo coronel Passarinho e sócios e recentemente retomado pelos revisionistas liberais)⁶⁹ de que eles

⁶⁹ Entre os quais pontificam intelectuais “de resultados”, nomeadamente um certo Marco Vila, reacionário de choque, mas também o socialista cor de rosa L. Konder. Uma crítica objetiva e convincente desses equívocos

recorreram preventivamente à força para se antecipar a um projeto golpista que estaria sendo meditado ou até mesmo urdido pelo governo João Goulart e que (2) foi decisiva, na mobilização reacionária que culminou no golpe de 1964, a iniciativa direta de banqueiros, grandes industriais e comerciantes e outros plutocratas, apoiados pelas principais associações e federações patronais do país.

Para compreender o alcance desta dupla demonstração, é necessário retornar à conjuntura em que se configurou o cenário e se definiram os protagonistas do drama histórico que teve seu desfecho no golpe de 1964: as eleições presidenciais de 1960. A UDN tivera de superar compreensíveis relutâncias para apoiar a candidatura de Jânio Quadros à presidência. Na verdade, não tinha muita escolha: o marechal Henrique Lott, candidato de uma aliança nacional-democrática em que era forte a presença da esquerda⁷⁰, dispunha de perspectivas concretas de vencer a eleição presidencial. Para a direita, não era pois hora de indicar o candidato preferido, fosse ele um político bem comportado e sempre às ordens ou um reacionário de choque, como o ácido Carlos Lacerda e sim de apoiar o melhor caçador de votos capaz de derrotar Lott. Cooptou Jânio, que no início dos anos 50 era vereador do insignificante Partido Democrata Cristão (PDC), tornando-se, em galopante carreira política, prefeito de São Paulo em 1953 e governador do Estado em 1954. Eficientíssimo caçador de votos, combinava retórica enfática, talento histriônico, demagogia carismática e rançoso moralismo pequeno-burguês. Estas duvidosas qualidades, estimuladas por cada vez maior consumo de bebidas alcoólicas, valeram-lhe ser eleito presidente da República em 1960.

Esta primeira e única vitória eleitoral da direita udenista na disputa da presidência foi, entretanto, além de ambígua e efêmera (triunfou um aventureiro, auto-vestido de uma nebulosa missão regeneradora, que logo tropeçou nas próprias pernas), tanto mais contraproducente que seu candidato a vice, Milton Campos, politicamente mais confiável

encontra-se em C. Navarro de Toledo, “As falácias do revisionismo. Sobre o golpe de 1964”. *Crítica Marxista*, nº 19, 2004.

⁷⁰ A candidatura de Lott foi apresentada pela coligação governamental PSD-PTB, majoritária no Congresso e no país. Constituiu um passo à esquerda relativamente à aliança que elegeu Juscelino Kubitschek em 1955.

do que Jânio, porque identificado ao moralismo udenista, foi derrotado pelo candidato da esquerda, João Goulart, o qual, embora carecendo dos traços de caráter próprios a um dirigente de estatura histórica (não se pode compará-lo a um Salvador Allende, por exemplo), não era um politiqueiro vulgar, contrariamente ao que pretendem não somente os udenistas explícitos, mas também aquela esquerda especializada em responsabilizar somente a esquerda por suas derrotas, como se para vencer bastasse apenas não errar⁷¹. Mostrara coerência em sua trajetória política, vinculada ao PTB (que não era, naquela época, mero balcão de negócios políticos) e ao sindicalismo getulista. Candidato a vice na chapa de Lott, foi eleito em outubro 1960, beneficiando-se da legislação eleitoral de então, que não obrigava a votar nos candidatos da mesma chapa, graças à recusa de parcela importante do eleitorado popular de Jânio de votar para vice-presidente no udenista Milton Campos.

Confiando em sua própria (e nebulosa) inspiração para levar adiante, acima dos partidos políticos, sua pretensa missão moralizadora dos costumes cívicos⁷², mas embriagado, inclusive no sentido literal, por tão vertiginosa ascensão, Jânio logo se atolou em megalômanas fantasias, que culminaram no bisonho auto-golpe promovido em agosto de 1961, cujo fracasso levou-o a demitir-se. A este fiasco somou-se, graças à resistência republicana encabeçada por Brizola, o do pronunciamento golpista da cúpula do Exército, que pretendia impedir a posse de João Goulart, sucessor constitucional do frustrado Bonaparte de periferia.

⁷¹ Caio Prado Jr., o mais eminente representante destes censores dos derrotados, declarou que “Jango procurou imitar Getúlio, mas o problema é que tinha todos os defeitos de Getúlio elevados à enésima potência e nenhuma de suas qualidades. E deu nisso que tinha de dar”. Entrevista a *O Estado de S. Paulo* de 11 de junho de 1978. Nada mais lamentável para um historiador do que fazer previsões retrospectivas, sobretudo neste grau de simplismo.

⁷² Em sua própria versão, mais exatamente, na pluma de Antônio Houaiss, um dos coadjuvantes do próprio Jânio Quadros e de Afonso Arinos, co-autores de *História do povo brasileiro*. 2º ed. São Paulo, J. Quadros Editores Culturais, 1968, VI vol., da qual extraímos as notas (auto) biográficas que seguem, Jânio conquistou “a suprema magistratura do país na base de suas qualidades pessoais, já que não se fizera, no curso de rápida vida pública, nem catalisador de tendências político-partidárias definidas, nem defensor, ostensivo ou velado, de grupos de pressão poderosos, visto como, ao contrário, ousara apresentar-se sempre com ampla mobilidade crítica, verberando -através de pregação moral e de externados anseios de justiça social- partidos, tendências, instituições, correntes e indivíduos” (op. cit., p. 213).

A reação burguesa e latifundiária tirou deste duplo fracasso de agosto 1961 a conclusão de que não lograria debelar a ameaça a seus privilégios recorrendo apenas aos partidos políticos disponíveis, sobretudo considerando que a eficácia do recurso aos militares mostrara-se problemática. A criação do IPES e de organismos congêneres, logo em seguida, correspondeu claramente à percepção, nos meios patronais, do que podemos chamar uma “crise de hegemonia”, mas que a imprensa a serviço deles designava, em linguagem policial, *subversão comuno-peleguista*: suas posições e privilégios de classe estavam ameaçados pela ascensão potencialmente revolucionária das classes subalternas numa situação política em que estavam descrentes da possibilidade de fazer valer seus interesses pela via eleitoral. Precisavam de uma organização de tipo novo, capaz de superpor aos instrumentos habituais de dominação burguesa (manipulação eleitoral das massas, intoxicação “mediática” da opinião pública) formas conspirativas de atuação, coordenadas por uma direção estratégica disposta a recorrer a todos os meios, inclusive os piores, para articular a heteróclita aliança reacionária que, derrubando Goulart, resolveria pela força a crise de hegemonia burguesa. Da conclusão teórica à aplicação prática o prazo foi curto.

Dreifuss comprova, com exaustiva documentação, a amplitude e a importância das multiformes atividades conspirativas centralizadas pelo IPES por trás de sua anódina fachada legal. Simplificaríamos, entretanto, a dinâmica deste processo complexo e tortuoso se sustentássemos que o IPES ou o IBAD, que com ele se fundiu na prática (Dreifuss se refere ao “complexo IPES-IBAD”), formaram-se na perspectiva imediata de tomar de assalto o poder de Estado. Tal propósito, sem dúvida, estava presente no espírito de seus chefes, civis e militares, alguns dos quais vangloriar-se-iam mais tarde, sem mentir, de terem começado a conspirar em 1961. Mas justamente por encararem com critérios orgânicos (isto é, do ponto de vista dos interesses históricos da ordem do capital) a solução de força que estavam preparando, atuaram sem precipitação, com cautela correspondente à magnitude dos interesses e privilégios que pretendiam (e lograram) preservar.

Parece-nos justa, portanto a ênfase de Dreifuss no caráter orgânico do IPES. Entretanto, a fórmula com que o define, “elite orgânica da burguesia multinacional e associada”, apresenta inconvenientes. Não vemos, com efeito, nenhum ganho teórico no uso do termo “elite”. Não somente por ser dificilmente separável de conotações ideológicas manifestamente estranhas à inspiração democrática e anti-imperialista de seu pensamento, mas sobretudo porque restringe ao estado-maior da *conspiração* golpista (que exatamente por ser tal, devia atuar nos bastidores da cena política) as funções dirigentes e portanto as responsabilidades políticas de uma ampla mobilização que envolveu todos os aparelhos políticos e ideológicos das classes dominantes, a começar dos partidos de direita e de extrema-direita.

A montagem do dispositivo golpista entre os militares coube ao general Golbery do Couto e Silva, que se integrou desde o início no núcleo dirigente do IPES. A tarefa apresentava dificuldades, porque as Forças Armadas, contrariamente à Igreja, estavam então politicamente divididas. O fato de que Brizola tivesse conseguido mobilizar parcela decisiva da oficialidade contra os golpistas de agosto 1961, era especialmente preocupante para a direita. Golbery supervisionou com zelo metódico e eficiente a organização, peça por peça, de uma tentacular rede conspirativa, formando através do controle das “empresas” políticas disponíveis (partidos, jornais, sindicatos patronais etc.) uma “holding” da conspiração contra-revolucionária, que centralizou contatos regulares com grupos reacionários extremistas, lavagem de dinheiro para suborno de plumitivos e outros sicofantas instalados nos meios privados de comunicação social etc.

Já no início de 1962, sob a coordenação do general Golbery, o IPES lançou sua primeira ofensiva ideológica. Para convencer as correntes de opinião assustadas com o avanço (mais presumido do que real) das forças de esquerda, de que, para salvar Deus, a Família e a Propriedade, era preciso derrubar o presidente João Goulart, uma tropa de jornalistas passou a anunciar com mercenária disciplina que o espectro do comunismo rondava o país. Além do patronato industrial e financeiro, a mobilização da rede contra-revolucionária envolveu a hierarquia da Igreja católica, a qual, na época (com a notável

exceção de D. Helder Câmara), inspirada em posições virulentamente reacionárias, marchou coesa para o golpe Aos industriais e latifundiários somou-se a maioria reacionária do clero. Um padre chamado Veloso, ex-reitor da PUC do Rio de Janeiro, ajudou a “branquear” os fundos ilegais repassados ao IPES pela plutocracia inquieta. O padre Leovigildo Balestieri, outro sacerdote também mais preocupado com o profano do que com o sagrado, organizou uma das mais importantes frentes de massa da reação, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), de onde saíram as furibundas “marchadeiras”, que iriam ganhar para a reação a batalha das ruas.

Chegada a hora da batalha final contra Goulart, não foi preciso improvisar. Estudos posteriores ao livro de Dreifuss, notadamente *Os Senhores das Gerais*, de Heloisa Starling, consagrado à conspiração e à mobilização golpista em Minas Gerais⁷³ confirmam pormenorizadamente a função hegemônica exercida pelo IPES, incontestavelmente o principal centro da articulação contra-revolucionária.

Dentre as preciosas informações de que o livro é pródigo, salientaremos apenas a minuciosa descrição das atividades conspiratórias do general Mourão Filho. Já no final de 1961 e início de 1962, quando comandava um regimento em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Mourão estava vinculado ao IBAD, ao qual prestou desde logo alguns serviços, notadamente ajudando a promover uma reunião do patronato rural gaúcho. Engajado na conspiração com o zelo de fascista impenitente, tornou-se rapidamente um de seus principais articuladores. Imaginava ser também um de seus principais dirigentes, mas como mostra Dreifuss com amplos pormenores, estava sendo manipulado pelos verdadeiros chefes da conspiração, isto é, pela cúpula do “complexo IPES-IBAD”⁷⁴, que o manipulava como um bocó de mola, dando-lhe ou tirando-lhe gás, infiltrando militares que agiam sob sua coordenação no estado-maior de sua tropa. Quando, guindado ao comando da 42ª Região Militar e da 42ª Divisão de Infantaria do I Exército, com sede em Juiz de Fora, decidiu agir por conta própria, desfechando o golpe de Estado, por pouco não pôs a perder

⁷³ O livro de H. Starling foi editado pela Vozes (Petrópolis, 1986).

⁷⁴ Cf. Dreifuss, op. cit., p. 373-396.

o tenaz e metódico trabalho subversivo do IPES. Era grande o risco de que, se permanecesse isolada, a quartelada de Mourão seria contida e derrotada pelo governo federal. Postos diante do fato consumado da intempestiva sublevação mineira, os demais articuladores do golpe, inclusive a direção do IPES, não podiam deixar de apoiá-lo, precipitando seus planos. Mais tarde, vitorioso o golpe, iriam colocar Mourão em seu lugar.

3. De um golpe a outro

Havia sem dúvida entre os chefes do golpe a expectativa de que o Ato de 9 de abril, cronologicamente o primeiro de uma longa série, seria o único. Tanto assim que não tinha número. Ademais, consignavam por escrito, em seu 11º e último artigo, o caráter provisório do poder excepcional de que estavam investidos, limitando-lhe a vigência ao dia 31 de janeiro de 1966. Este caráter pretensamente provisório era desmentido, porém, pelas medidas anti-democráticas de caráter permanente que ele introduzia. A rigor, a única medida de exceção com data marcada para expirar era o poder de cassar mandatos e demais direitos políticos. (Seria ressuscitado, com renovado ímpeto, pelo Ato 5). As outras medidas, pretendidas duráveis, modificavam a Constituição de 1946 (em cuja “defesa”, nunca será demais repetir, tinha sido desfechado o golpe), reforçando os poderes presidenciais e, portanto a máquina do Executivo.

Dissipando rapidamente a ambigüidade entre a retórica do provisório e a lógica da força, o general Castelo Branco cassou, em 8 de junho de 1964, o mandato de senador e suspendeu por dez anos os direitos políticos de Juscelino Kubitschek, o mais forte candidato às eleições presidenciais de 1965. Algumas semanas depois, no dia 22 de julho, uma emenda constitucional, aprovada por um Congresso expurgado e domesticado (o Ato Institucional suprimira a exigência de maioria de dois terços para reformar a Constituição e dera um prazo de trinta dias ao Congresso para votar emendas apresentadas pelo presidente), atribuiu mais quatorze meses de mandato a Castelo Branco (ele deveria, inicialmente, completar o mandato de João Goulart), prolongando-o até 15 de março de 1967.

A despeito destas e de outras manipulações⁷⁵, a UDN, partido dos tartufos bem-pensantes da direita liberal, solidamente articulado aos interesses industriais e financeiros da burguesia pró-estadunidense e conseqüentemente ao golpe e ao novo regime, foi amplamente derrotada nas urnas por candidatos da oposição consentida em dois dos mais importantes Estados onde houve eleições para governador: Minas Gerais e Guanabara. Fato tanto mais significativo que os governadores destes dois Estados, respectivamente Magalhães Pinto e Carlos Lacerda figuravam entre os mais furibundos chefes civis da conspiração golpista⁷⁶. A derrota eleitoral, ao manifestar inequivocamente o refluxo do movimento das massas contra-revolucionárias e reacionárias, uma vez atingido seu objetivo maior, derrubar o governo de esquerda (o único que o Brasil teve em sua história) fez aflorarem as contradições não resolvidas do movimento contra-revolucionário de 1964.

Foi o bastante para que o general Castelo Branco, replicando ao veredicto do sufrágio universal, decretasse, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº2. Este novo golpe (agora estritamente palaciano) suprimiu todos os partidos políticos, inclusive os da direita, substituídos pela ARENA, em que se agrupou folgada maioria de deputados e senadores dispostos a desempenhar o duvidoso papel de estafetas do regime, e pelo MDB, reservado à oposição consentida. Suprimiu também, no artigo 9º, a eleição direta do presidente da república, atribuindo ao Congresso, expurgado e manietado, a função de eleger o chefe do Executivo. Como o estuprador que se desculpa dizendo não ter matado a vítima, o Ato declarou, em seu artigo 1º, que a Constituição de 1946 seria mantida. Mas após tantas violações, não estava em condição de suportar mais remendos, amputações e enxertos, sobretudo desta envergadura. Estava moribunda.

⁷⁵ O “bloco parlamentar revolucionário”, base governista no Congresso, agrupada em torno da UDN (partido que se tornara majoritário graças às cassações de mandatos dos colegas), fizera aprovar, em 9 de julho de 1965, por 210 votos contra 115, uma reforma eleitoral que eliminava os pequenos partidos e declarava inelegíveis por um ano os antigos ministros de Goulart.

⁷⁶ Vale lembrar a este respeito que, evocando em depoimento a um jornalista sua participação na articulação do golpe de 1964, Carlos Lacerda admitiu que ele e Magalhães Pinto haviam mantido negociações visando a obter armas e apoio diplomático dos Estados Unidos. A entrevista de Lacerda “O último depoimento” foi publicada em dias sucessivos no jornal *O Estado de S. Paulo*. A passagem aqui citada é do dia de 9 de junho de 1977. Magalhães Pinto, também em declaração à imprensa (entrevista ao *Jornal do Brasil* do dia 23-12-1976), havia reconhecido, até por serem evidentes, seus contatos com a Embaixada norte-americana, negando, entretanto (mas só os muito ingênuos poderiam levá-lo a sério), ter pedido armas a seus interlocutores estrangeiros.

Um último remendo lhe foi infligido pelo Ato Institucional nº3, de 5 de fevereiro de 1966, que estendeu às eleições para governador o banimento do sufrágio universal. Em 15 de abril, decidido a mandar fabricar outra Constituição, Castelo Branco emitiu um decreto encarregando um grupo de quatro juristas de elaborar um anteprojeto, o qual, entretanto não lhe pareceu suficientemente retrógrado. Incumbiu então o ministro da Justiça, Carlos Medeiros da Silva de redigir, sem maiores discussões, o texto da Carta a ser outorgada. Em seguida, por força do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, deputados e senadores receberam, para aprová-la, o prazo de um mês e meio (feriados de fim de ano incluídos). Nem por isso foram impedidos de desfrutar das férias: a ARENA, que tinha obtido 267 deputados federais contra 142 para o MDB nas eleições legislativas de 15 de novembro de 1966, iria, em qualquer hipótese, votar “sim senhor”. Mantinha-se assim, em hipócrita homenagem do vício à virtude, a forma republicana, ainda que esvaziada de conteúdo, como de um cadáver esvaziam-se as entranhas para embalsamá-lo. Entrementes, no dia 3 de outubro, o agressivo e vulgar general Costa e Silva, que impusera sua candidatura contestando pela direita as posições politicamente menos truculentas de seu predecessor, tinha sido eleito presidente nos termos espúrios do artigo 9º do Ato Institucional nº2.

Para o regime não foi pequeno o custo político desta “normalização institucional”. Carlos Lacerda, cuja grande ambição era tornar-se presidente, vinha se distanciando do governo Castelo Branco desde o início de 1965. No dia 18 de maio, notadamente, desfechou na televisão forte ataque à política econômica do ministro Roberto Campos, dito “Bob Fields” por seu liberalismo servilmente pró-imperialista. A prorrogação do mandato de Castelo Branco em julho de 1965, infligira uma primeira frustração séria ao funesto corvo udenista. Ele comentaria mais tarde que, àquela altura, a eleição presidencial já “tinha ido pro brejo”⁷⁷. Mas as instâncias dirigentes da UDN continuaram a confirmar sua candidatura. Ela só foi mesmo chafurdar no brejo três meses depois, com a derrota eleitoral de outubro 1965, logo seguida do Ato 2. Mais ainda do que as ambições pessoais de

⁷⁷ Diria também, com o sarcasmo habitual, que o general-presidente “detestava a prorrogação dos mandatos alheios”. “O último depoimento”, entrevista a *O Estado de S. Paulo*, 12 de junho de 1977.

Lacerda, para lá também tinham ido as pretensões de qualquer candidatura civil à presidência, a qual permaneceria, até 1985, cargo monopolizado pela cúpula do Exército.

A primeira reação do chefe civil do golpe após sua defenestração foi tentar mobilizar contra Castelo Branco os militares da “linha dura”, eufemismo dos jornalistas para designar os oficiais de mentalidade fascista. A despeito do prestígio de que desfrutava junto à massa dos oficiais de direita, não teve sucesso, até porque a função de mediador entre os elementos mais exaltados da direita militar, empenhados em engavetar “sine die” o sufrágio universal, e o desgastado governo de Castelo Branco foi assumida pelo general Costa e Silva, que atropelando as duas pré-candidaturas militares governamentais (do general Adhemar de Queiroz e do marechal Cordeiro de Farias) e pondo-os diante de um fato consumado, lançou-se candidato em janeiro de 1966.

Posto, ele também, diante do fato consumado, Lacerda divulgou a seus “amigos fardados” duas cartas abertas (21 e 22 de outubro de 1966) em que, com a costumeira truculência verbal agravada pelo amargor, responsabilizava Castelo Branco por todos os desmandos e incoerências do regime. Uma semana depois, em 28 de outubro, distribuiu à imprensa o Manifesto da Frente Ampla, colcha de retalhos política, cujo único objetivo prático era propor uma aliança com os principais líderes proscritos pelo regime, de Kubitschek a Goulart.

Na medida em que a linha de clivagem da ruptura lacerdista parecia passar entre os líderes militares e civis da contra-revolução de 1964, reforçou-se a imagem de uma “ditadura dos militares”. Na verdade, o prestígio, em seus ambientes respectivos, dos dois protagonistas desta ruptura, tanto o do chefe civil da direita golpista quanto o do presidente da ditadura militar, estavam em inexorável declínio. Com a diferença de que as Forças Armadas mantiveram espessa coesão ao trocar de chefe, ao passo que a Frente Ampla subsistiu principalmente no noticiário jornalístico e morreu de esquecimento sem nunca ter verdadeiramente nascido.

No período aberto pela outorga da Constituição de 1967 e pela posse do general Costa e Silva, o vazio político instaurado pelo regime contra-revolucionário foi preenchido pela mobilização da oposição democrática, a qual, a partir de março de 1968, ocupou as ruas do país, contestando a ditadura com forte apoio da opinião pública. Reprimindo sem intimidar e legislando sem se legitimar, o regime foi posto diante da constatação de que os atos de força que lhe tinham permitido submeter ou condenar ao ostracismo os chefes políticos da oposição consentida eram inócuos para silenciar a mobilização cívica que vinha dominando a cena política nacional durante vários meses. É verdade que ela perdera intensidade a partir de outubro, mas nada provava que este refluxo iria ser duradouro. Salvo a romper de novo a já espúria legalidade vigente para soterrar de vez o ciclo das passeatas nas trevas espessas do ciclo do “sufoco”.

O desencadeamento paralelo do movimento de luta armada, também no primeiro semestre daquele ano, conferindo nova dimensão, ofensiva e assumidamente violenta, ao combate da oposição clandestina, reforçava nos detentores do poder de Estado a opção por um novo e mais radical ato de força, com suspensão “sine die” da Constituição de 1967. Precipitada pela manifestação de independência da Câmara Federal, que recusou licença para processar um deputado da oposição que, da tribuna, havia contestado o regime, a decisão foi concretizada por meio de mais um golpe, em 13 de dezembro de 1968, com a promulgação do *Ato Institucional nº 5*, que outorgou ao Alto Comando das Forças Armadas poderes discricionários sem precedentes.

À sombra do Ato 5, as prisões se encheram de novas levas de estudantes e demais militantes de diferentes tendências da resistência. Ao ciclo das passeatas sucedeu o ciclo do sufoco. A máquina policial e militar, com suas equipes de torturadores, tendo recebido carta branca para travar a guerra suja, concentrou-se então no aniquilamento do movimento de luta armada desencadeada no primeiro semestre daquele ano. Institucionalizado com a ditadura aberta, o recurso sistemático à tortura, primeiro para cercar e destruir a guerrilha urbana em seguida, a partir de 1972, a guerrilha do Araguaia, e complementarmente, para quebrar o ânimo (quando não os ossos) do que restava da resistência clandestina, conduziu

à falaciosa identificação da ditadura e do golpe que lhe deu origem ao caráter militar do regime. A falácia, note-se bem, não consiste em sustentar que a cúpula militar assumiu o controle discricionário dos centros decisórios da máquina estatal, mas em supor que os militares agiram por conta própria. Contrariamente a uma imagem que prosperou até por ser trivial, a ditadura militar não era ditadura “dos” militares sobre “os” civis, e sim de militares e civis reacionários e pró-imperialistas sobre as forças populares e progressistas da nação brasileira. Vale lembrar que mesmo no que concerne ao uso da tortura em larga escala para extorquir rapidamente dos presos as informações que permitiriam prender outros resistentes, a iniciativa pioneira foi tomada por membros do alto patronato paulista, os quais, articulados com torturadores do Exército e da polícia, entre os quais o truculento crápula Sérgio Paranhos Fleury, montaram o primeiro organismo especializado em guerra suja, a “Operação Bandeirantes” (OBAN). Os DOI-CODI só vieram depois. Mas exatamente por serem órgãos do Exército, reforçaram ainda mais, junto à opinião pública, a ocultação do apoio das classes dominantes à repressão dos “subversivos”.